



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000692-68.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Contratação de serviços lavagem e higienização de cadeiras, poltronas e sofás.

DESPACHO Nº 575 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio - SEPAT, com vistas a contratar o serviço de lavagem e higienização de cadeiras, poltronas e sofás, conforme Termo de Abertura (evento [0798773](#)).

Em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP (evento [0798866](#)) contendo os elementos iniciais integrantes do Projeto Básico para a pretensa contratação, a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação (evento [0803753](#)) e o Projeto Básico n. 2/2022 (evento [0816329](#)), e ainda instruiu os autos com as propostas das empresas Emanuel Mendes Bandeira, inscrita no CNPJ sob o n. 15.877.780/0001-20 (evento [0803749](#)), Gomes & Cia. Com. E Serv. Ltda. –EPP, inscrita no CNPJ sob o n. 04.242.961/0001-63 (evento [0803750](#)) e Sousa & Ferreira Comércio e Serv. Ltda.-ME, inscrita no CNPJ sob o n. 17.889.910/0001-70 (evento [0803751](#)).

Para instruir o feito, foram juntadas aos autos a comprovação da regularidade fiscal das empresas Emanuel Mendes Bandeira (evento [0803754](#)), Gomes & Cia. Com. e Serv. Ltda. –EPP (evento [0803755](#)) e Sousa & Ferreira Comércio e Serv. Ltda.-ME (evento [0803756](#)), demonstrando estarem aptas a contratar com a Administração Pública.

A Coordenadora da COMAP, unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico nº 2/2022-SEPAT, constante do evento [0816329](#), complementado pela cotação de preços juntada no evento [0803749](#), com a ressalva de que a pessoa jurídica Emanuel Mendes Bandeira deverá atualizar a certidão negativa do FGTS, antes da assinatura do contrato (evento [0817134](#)).

A COFC atestou a disponibilidade orçamentária, vez que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA e com dotação suficientemente disponível para sua realização (evento [0818250](#)). Em seguida, juntou aos autos o Pré-Empenho/Programação Orçamentária no valor de R\$ 17.520,00 (dezesete mil e quinhentos e vinte reais), colacionado no evento [0819465](#).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da SAOFC, que opinou pela possibilidade da **contratação direta da empresa Emanuel Mendes Bandeira**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.877.780/0001-20, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, bem como pela aprovação do Projeto Básico pela autoridade superior (evento [0829717](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação do ETP (evento [0798866](#)) e do Projeto Básico 2/2022 (evento [0816329](#)); pela autorização da despesa, com a **contratação direta da empresa Emanuel Mendes Bandeira**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.877.780/0001-20, **por dispensa de licitação**, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação, com fulcro no [inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado (evento [0803753](#)); pela ratificação da dispensa e publicação na imprensa oficial e pela autorização da emissão de Nota de Empenho e publicação do ato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE (evento [0829814](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Registra-se que, embora tenha sido publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, quando ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Feito o registro acima, verifica-se que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais norteadores da matéria.

Como bem anotado pela Assessoria Jurídica da SAOFC, a Lei de Licitações e Contratos prevê os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja a competição, autoriza o administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

Uma das hipóteses permissivas da dispensa de licitação é que o valor dos serviços não superem o montante de R\$ 17.600,00,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondente a 10% do valor estabelecido para o procedimento licitatório na modalidade de Convite, valor este atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412/2018 para R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), cujos balizamentos encontram-se nos arts 24, II c/c o art. 23, II, “a”, da citada Lei.

Referida hipótese amolda-se à situação dos presentes autos em que a empresa **EMANUEL MENDES BANDEIRA, CNPJ: 15.877.780/0001-20, apresentou a menor cotação, no valor de R\$ 17.520,00, (dezesete mil e quinhentos e vinte reais), entre as três empresas** que responderam à pesquisa de preços e cumpriu as exigências de habilitação (sua regularidade fiscal e trabalhista), conforme demonstrado no evento 0803749.

Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Por fim, embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, nos termos do item 10 do Projeto Básico 2 (evento [0816329](#)) será dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, bastando o encaminhamento do Projeto Básico à empresa contratada, para ciência, pela unidade solicitante.

Pelo exposto, com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1 - Aprovo o ETP (evento [0798866](#)) e o Projeto Básico 2/2022 -

PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT (evento [0816329](#)), complementado pela proposta da empresa (evento [0803749](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva (evento [0803753](#)), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4 - Adjudico o objeto à empresa EMANUEL MENDES BANDEIRA, CNPJ 15.877.780/0001-20, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 17.520,00 (dezesete mil e quinhentos e vinte reais), desde que haja a atualização prévia de documentos de habilitação antes da efetivação da contratação, bem como sua publicação apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal (DJE); e

À SAOFC para continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/05/2022, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0830757** e o código CRC **01235697**.